

**COMO (RE) ESCREVER A HISTÓRIA NACIONAL: REGIME DE CITAÇÃO E ANOTAÇÃO
NA SEGUNDA EDIÇÃO DA *HISTÓRIA GERAL DO BRASIL* DE VARNHAGEN**

Jussara Rodrigues da Silva⁸⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir as modificações realizadas por Varnhagen na segunda edição de sua principal obra: a *História Geral do Brasil*. Por meio da comparação entre os padrões de citação e anotação da obra pretendemos contribuir para a compreensão do processo de escrita da história nacional no Brasil no século XIX atentando para as expectativas em torno da publicação do livro e as experiências pessoais de seu autor. Assim, destacamos a recepção do trabalho como um aspecto fundamental para o processo de reescrita da obra resultando na publicação da segunda edição na década de 1870.

PALAVRAS-CHAVE: Reescrita da história. *História Geral do Brasil*. Regime de citação e anotação.

**HOW (RE) WRITE NATIONAL HISTORY: CITATION AND ANNOTATION SCHEME IN THE SECOND
EDITION OF THE *HISTÓRIA GERAL DO BRASIL* OF VARNHAGEN**

ABSTRACT: This article aims to discuss the modifications made by Varnhagen in the second edition of his major work: the *História Geral do Brasil*. Through comparing the citation patterns and annotation work we intend to contribute to the understanding of the process of writing the national history in Brazil in the nineteenth century by looking up the expectations surrounding the publication of the book and the personal experiences of its author. Thus, we highlight the reception of the work was fundamental to the process of rewriting the work resulted in the publication of the second edition in the 1870s.

KEYWORDS: Rewriting the History. *História Geral do Brasil*. Regime of Citation and Annotation.

⁸⁶ Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. E-mail: jussararodriguesdasilva@gmail.com. Artigo submetido em 27/07/2014 e aceito para publicação em 19/11/2014.

Introdução

No Brasil do oitocentos o regime de escrita da história passou por uma reformulação com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embalado pelo recém instaurado Estado monárquico, o IHGB se empenharia na tarefa de escrever a história nacional em conformidade com os novos procedimentos científicos.⁸⁷ Tais procedimentos estão presentes nos discursos dos presidentes da agremiação, mas também nas inúmeras formas pelas quais se escrevia a história na instituição: pareceres, juízos, elogios históricos, memórias, necrológios, biografias, etc. Essa nova perspectiva tinha como meta estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação. O problema é que assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer?

Diferentemente do que ocorria na Europa, o espaço de produção historiográfica brasileiro não foi o das disputas acadêmicas das universidades, mas o espaço de uma academia de escolhidos e eleitos a partir das relações sociais (GUIMARÃES, 1988, p.5). Em função desse lugar que foi articulada a escrita da história da nacional. Ela foi submetida a imposições, ligada

⁸⁷ Essa constatação está presente em inúmeros trabalhos sobre a escrita da história do Brasil no oitocentos. Nesse percurso, diversos aspectos da prática historiográfica desenvolvida no IHGB por seus membros foram contemplados pelos estudiosos da historiografia oitocentista: a formação de uma experiência moderna do tempo, a formação do novo conceito de história, a escrita biográfica, a escrita etnográfica, a erudição histórica, entre outros. Dentre os principais indicamos especialmente: CÉZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004; CÉZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2003. pp. 173-208. DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*. Do IHGB aos anos 30. Passo Fundo, EDUPF, 1998. GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debajo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*, nº 388, jul./set., 1995. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. p. 68-86. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006; RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2005. WEHLING, Arno. "As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In: *Revista do IHGB*, Brasília-Rio de Janeiro, 338:7-16, 1983.

a privilégios e foi esse mesmo lugar que instaurou os métodos, os documentos e as questões que deveriam ser propostas (CERTEAU, 2002, p. 66-67).

A produção recente sobre o tema parte da premissa de que com a criação do IHGB surgia um lugar social privilegiado para a produção histórica. Outra premissa importante é que a história a ser empreendida deveria ser modernizada, amparada nos modernos procedimentos da crítica histórica. A instrumentalização do passado pelo IHGB está presente já nos estatutos e discursos da agremiação. A preocupação em organizar a tarefa de coletar os documentos importantes sobre a história do Brasil, a necessidade de comprar, fazer cópias, designar membros para recolher documentos no exterior evidencia que se estava diante de uma nova forma de aquisição do conhecimento histórico.

Passou-se a exigir da história enquanto conhecimento um controle maior sobre o seu processo de produção. Daí a necessidade de métodos e fontes confiáveis sobre as quais os historiadores pudessem se apoiar. O que explica, por exemplo, a centralidade adquirida pelo trabalho nos arquivos, o valor da erudição enquanto estudo de primeira mão e a profusão de notas e citações como elementos de legitimação do trabalho histórico. A presença desses componentes eruditos do trabalho histórico, contudo, estava longe de eliminar a provisoriade do que era produzido pelos historiadores, até mesmo por conta da indispensabilidade das fontes, dos documentos sobre determinado assunto descobertos de tempos em tempos.

Tal marca de provisoriade é encontrada na reedição da *História Geral* por Varnhagen. Republicada vinte e quatro anos depois de sua primeira edição, a obra pode ser entendida como um processo de correção das irregularidades que escaparam ao controle do autor mediante a ausência de documentos ou a falta de acesso a eles. Talvez uma forma adequada de intitular esse esforço de Varnhagen em editar a sua obra seja pensar em um processo de reescrita da história. Essa reescrita assentava-se não somente nas retificações a serem feitas ao seu relato, mas também nas “descobertas” possíveis a lhes serem acrescidas mediante o confronto com novas fontes. Uma tentativa de tornar a obra mais exata e menos incompleta, menos suscetível a correções, acréscimos e reinscrições.

Segundo Adam Schaff, a história é continuamente reescrita porque há uma mudança nos critérios de avaliação dos acontecimentos ao longo do tempo o que, conseqüentemente, muda a percepção e a seleção dos fatos históricos passando a modificar também a imagem da própria história (SCHAFF, 1978, p. 272). Ainda segundo o autor a relação entre as atitudes e opiniões dos historiadores e as necessidades e condições da vida atual interferem na escrita da

história. Uma vez que essas necessidades e essas condições se modificam, a história tem também que se modificar, tem de ser reescrita (SCHAFF, 1978, p. 270). Essa articulação da consciência histórica por meio da constituição narrativa de sentido que, procura suprir as carências de orientação da vida prática articulando passado, presente e futuro está presente também na mudança de expectativa (RUSEN, 2001, p. 53-56). Se a mudança na experiência provoca muitas vezes uma alteração visível na escrita, isso não deixa de estar presente quando o que muda é a expectativa. Uma mudança na expectativa de um projeto coletivo como o proposto pelo IHGB passou a exigir também novos talentos do historiador, resultando igualmente numa mudança metodológica por parte do mesmo. Exigia-se do historiador que não fosse apenas o panegirista, ou o cronista da pátria, mas que fosse um verdadeiro historiador, tendo como ponto de partida não apenas o que encontrara nas crônicas, mas sim o que estava nos documentos.⁸⁸

Pensamos aqui com Koselleck que a história trata, direta ou indiretamente, de experiências próprias ou alheias e, que é possível supor que as formas de contar a história podem referir-se a modos de fazer, reconhecer ou modificar experiências. Tal modificação ou reconhecimento da experiência conduz na maior parte das vezes a uma mudança metodológica que obriga a história a ser reescrita (KOSELLECK, 2001, p. 50).

Assim, pretendemos à luz de tais debates em torno da escrita da história do Brasil com parâmetros modernos discutir algumas mudanças operadas por Varnhagen em sua *História Geral* no que tange ao regime de citação e anotação da obra pensando nos possíveis motivos que provocaram esse processo de reescrita histórica e de que forma tal processo estava relacionado ao contexto mais amplo de modernização da escrita histórica.

Expectativa e experiência: a segunda edição da História Geral e o IHGB

Em 1877 foi publicada a segunda edição da *História Geral do Brasil*, obra mais famosa do historiador sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen. Se por um lado, tanto o livro como o seu autor ganharam uma centralidade impressionante nos primeiros anos do século XX, por

⁸⁸ Segundo Valdeci Araújo, “[...] novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegirista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica”. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 39.

outro, tal notabilidade esteve longe da realidade enfrentada no momento de sua primeira publicação na segunda metade do século XIX.

A obra que teve o índice do primeiro volume da primeira edição lido pelo imperador D. Pedro II em uma das sessões do IHGB foi recebida com indiferença pelos membros da agremiação, tendo em uma correspondência escrita pelo mordomo imperial, a pedido do Imperador, a única resposta ao trabalho.

Um indicativo dos motivos que provocaram tal indiferença em relação ao trabalho pode ser encontrado em uma carta endereçada a Varnhagen. Na minuta de resposta era sugerido que quanto à civilização dos índios, da influência dos jesuítas nos negócios do Brasil e sobre a questão dos limites do país ele consultasse alguns trabalhos que vinham sendo publicados pela agremiação (VARNHAGEN, 1961, p. 215). Outro indicativo da má recepção da obra de Varnhagen entre os membros do IHGB é o fato do parecer que a Comissão de História deveria emitir sobre a obra nunca ter saído, nem mesmo a razão do não pronunciamento da comissão à Mesa Diretora (GUIMARÃES, 1995, p. 560). A obra não foi avalizada como oficial do IHGB como queria o seu autor, mas contou com o apoio financeiro do imperador para sua impressão e publicação. Tal apoio, contudo, não foi suficiente para suprir a frustração de Varnhagen diante da recepção de seu trabalho no Instituto. Esse sentimento pode ser visto claramente na correspondência do historiador sorocabano ao imperador em que afirmava pensar em não publicar o segundo volume da *História Geral* do Brasil enquanto o IHGB não se pronunciasse sobre a sua obra (VARNHAGEN, 1961, p. 236).

O pronunciamento oficial não veio, mas nem por isso Varnhagen deixou de publicar os dois volumes que compuseram a primeira edição de seu livro e de republicar a mesma obra anos mais tarde. Em 1877, vinte e três anos após a publicação do primeiro volume da *História Geral*⁸⁹ vinha a público a segunda edição da obra onde seu autor anunciou no frontispício do primeiro volume da nova edição que a obra fora “*muito aumentada e melhorada pelo Autor*”.⁹⁰ Declarando ainda que a nova edição levava grandes vantagens com relação à

⁸⁹ A sua edição não possui data de impressão, mas podemos inferir a partir da correspondência de Varnhagen com o imperador que os dois volumes foram impressos entre 1876 e 1877. Em carta datada de 19 de janeiro de 1876 Varnhagen informava ao monarca brasileiro a impressão do primeiro volume da segunda edição de sua *História Geral do Brasil*. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961, p. 440.

⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I, (1877). p. XVI-XVII. A primeira edição da *História Geral do Brasil* ocorreu em 1854 e 1857, do primeiro e segundo volumes, respectivamente. Em 1907 Capistrano de Abreu publicou o primeiro volume da terceira edição. Devido a um incêndio na casa de edição Capistrano de Abreu não pôde terminar a publicação da terceira edição

primeira, o que se dava devido à “*maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros aclarados pelo aparecimento de novos documentos ou por mais accurados exames*” (VARNHAGEN, 1877, p. III).

Varnhagen destacava, além dos novos documentos encontrados, o fato de ter feito retoques em todos os capítulos da *História Geral*, evidenciando com isso a provisoriedade de suas proposições. No Prólogo redigido para a edição de 1877 ele fazia questão de lembrar o leitor que uma obra “(...) desta natureza, em quanto o autor vive e trabalha, não chegou ao seu verdadeiro fim (...)”. O registro dessa provisoriedade na escrita da história já era lembrado por ele aos seus leitores ainda na primeira edição em que ele invejava a posição dos “*litteratos dos séculos que hão de vir!*”, pois estes possuiriam os esclarecimentos que “*só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos (...)*” (VARNHAGEN, 1854, p. 11).

Podemos dizer que esse processo de correção da obra de Varnhagen se iniciou logo após a publicação do primeiro volume da *História Geral*. Diante da indiferença manifesta pelo IHGB, o historiador sorocabano publica um *Post Editum* em que procura justificar as possíveis falhas de sua obra que por ventura viessem a ser suscetíveis de críticas.⁹¹ Depois de impresso o livro, ele dizia se colocar como leitor de sua obra encontrando erros que deveriam ser minimizados pelas erratas que também foram publicadas nesse primeiro volume. Em seguida publicou ainda um *Suplemento* com o objetivo de corrigir alguns pontos que puderam ser mais bem conhecidos depois da publicação, principalmente em vista de novos documentos contendo 88 notas que dessem conta das inexatidões da obra. Assim, além das 104 notas escritas e publicadas no final do primeiro volume da primeira edição, a obra ainda continha

da obra. Em 1928 foram publicadas a terceira e a quarta edição da obra por Rodolfo Garcia que assumiu o projeto depois de Capistrano de Abreu. Tais edições saíram com cinco tomos cada, contendo ainda os comentários de Capistrano de Abreu ao texto original. Recentemente foi defendida uma dissertação de mestrado que trata das notas de rodapé escritas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia na *História Geral do Brasil*. Nela, o autor defende que tal processo de anotação contribuiu para a instituição de Varnhagen enquanto uma autoridade discursiva ao confirmarem muitos dos resultados das pesquisas de Varnhagen. JUNIOR, Vitor Claret Batalhone. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

⁹¹ Como demonstra Evandro Santos, as alterações na segunda edição da *História Geral* não se restringem aos acréscimos e correções. Há também a exclusão das possíveis marcas de subjetividade presente na narrativa. A título de exemplo o autor cita a exclusão de um parágrafo que na primeira edição era dedicado à “individualidade” de Varnhagen. Contudo, Santos destaca que esse suposto apagamento de Varnhagen ainda deixou diversas marcas pessoais na reedição da obra. SANTOS, Evandro. *Tempos da pesquisa, tempos da escrita: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 68.

dois momentos reservados especialmente para a correção das possíveis falhas presentes no volume.

No entanto, o que é interessante quando analisamos essa segunda edição é que os retoques que Varnhagen iniciara ainda no primeiro volume da primeira edição no *Post Editum* e no *Suplemento* à obra eram em sua maior parte constituídos de notas no fim do texto. Além das notas escritas quando publicou a obra pela primeira vez intituladas “*Notas e provas deste tomo*”, Varnhagen acrescentou ainda muitas outras notas ao trabalho sendo estas reprodução de documentos em *fac-simile*, cópia de documentos, referências de autores e de livros, além de notas explicativas. No primeiro volume foram 54 páginas de notas destinadas às várias *secções* que compunham o volume. No segundo volume publicado em 1857, Varnhagen repete o procedimento e as *Notas* ao volume aparecem entre as páginas 465 e 484.

Ao comparar a primeira edição da *História Geral* com a segunda o leitor perceberá que as modificações não se restringem apenas àquelas enumeradas pelo seu autor. O que se vê na segunda edição é a supressão de passagens inteiras do texto e de citação de autores. Na primeira edição ao fim dos dois volumes Varnhagen acrescenta uma grande quantidade de notas referentes a cada um dos tomos. No primeiro, datado de 1854, são 83 páginas de notas. Dessas páginas, 63 compõem a seção intitulada “*Notas e provas do primeiro tomo*” impressa junto com o restante do primeiro volume em 1854. O restante das páginas constituem 4 páginas para o *Post Editum*, onde Varnhagen tece algumas considerações sobre a recepção de sua obra no IHGB e aproveita para agradecer alguns intelectuais que o auxiliaram na publicação e elencar aqueles autores que escreveram críticas positivas de seu trabalho. As 16 páginas finais são um “*Suplemento a este tomo*” impresso em fins de 1855 sendo incorporado à obra ao final do texto principal. No segundo volume, datado de 1857, são 23 páginas de notas ao fim do texto. No total, juntando os dois tomos da primeira edição, são 243 notas. Essa grande quantidade de notas ao fim do texto na primeira edição, no entanto, não se aplica ao que ocorre na segunda edição. Varnhagen suprime todas as notas que publicara na primeira edição quando reescreve a *História Geral*. No primeiro volume de 1877 existem apenas duas notas ao fim do texto sendo que em apenas uma delas há referência a um autor. No segundo volume dessa mesma edição foram retiradas todas as 52 notas da primeira edição, sendo alocados na seção de notas os “*Auxílios Chronologicos para verificar as datas e os factos*”, que na edição de 1857 compunham a seção LVIII sendo um dos capítulos da obra.

A pergunta que se coloca, então, é por que um autor reconhecido pelos seus pares no IHGB e na Academia Real de Ciências de Lisboa pela sua erudição, tendo como elemento

agregador a sua habilidade em escrever notas, a exemplo do *Tratado* de Gabriel Soares e do *Diário* de Pero Lopes, abriu mão de publicar na segunda edição da sua principal obra as 243 notas que vinham ao final dos dois volumes da primeira edição? É a esse ponto que nos dedicaremos a seguir.

Notas e citações na reedição da História Geral: ocorrências, tipos e funções

A princípio poderíamos pensar na retirada das notas da segunda edição da *História Geral* como uma demonstração de Varnhagen de que as notas seriam apenas uma forma de ostentação de sua erudição e que uma vez reconhecido por seus pares ele estaria desobrigado de indicar todas as suas fontes. O argumento se reforçaria ainda se pensarmos que, em 1877, ele já tinha intensificado suas relações com o Estado imperial desempenhando importante função como diplomata na América.⁹² Aliado a isso, ele ainda seria contemplado pelo Imperador, por meio dos decretos de 14 de agosto de 1872 e 16 de maio de 1874 respectivamente, com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro (VARNHAGEN, 1877, p. II). No entanto, para confirmar ou refutar tal suspeita é necessário efetuarmos uma análise dos tipos de notas utilizadas, a quantidade e a função ou funções desempenhadas por elas para entender esse processo de reescrita da obra no tocante ao regime de citação e anotação.

Para tanto é preciso ter em mente que as notas históricas não têm apenas a função de conferir credibilidade ao trabalho de quem as escreve por meio da elaboração de uma listagem de autores e documentos dos quais teria se valido para confirmar suas proposições, elas possuem ainda muitas outras funções. Entre essas funções está aquela que busca mostrar que são as condições históricas de criação da obra que reivindicam a autoridade do escrito e de seu autor. Segundo Anthony Grafton, as notas mostram que seu autor dentro das condições históricas que possibilitaram a elaboração da obra “cavucou suas fundações e descobriu seus componentes nos lugares certos e usou os artifícios corretos para juntá-los” (GRAFTON, 1998, p. 39). Dessa forma, as notas acabariam por localizar a produção da obra em questão no espaço e no tempo, “enfazando os horizontes e as oportunidades limitados de seu autor, e não os de seu leitor” (GRAFTON, 1998, p. 39).

As notas representariam ainda as limitações da produção histórica como a questão dos custos da publicação. A *História Geral do Brasil* é um bom exemplo dessa limitação se pensarmos nas tentativas de Varnhagen de que o IHGB chancelasse sua obra, para que a

⁹² Varnhagen exerceu atividades diplomáticas em diversos países da América entre os anos de 1859-1868. A esse respeito ver LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 224, jul-set 1954, pp. 109-315.

mesma fosse publicada como posição oficial da instituição. Quando publicou o primeiro volume da primeira edição Varnhagen elencou a necessidade e o desejo, por exemplo, de fornecer por meio de notas os documentos ou citações dos mesmos para que os leitores pudessem consultá-los. Contudo, alertava que “*havia, porém um grande contra para o realizar. Por si sós occupariam elles alguns volumes; e não nos fora possível sem auxilio das Câmaras e do Governo emprehender a sua publicação*” (VARNHAGEN, 1854, 479).

Reconhecer a amplitude das funções desempenhadas pelas notas de rodapé históricas nos permite dar um passo a mais no sentido de entender a supressão das mesmas da segunda edição da *História Geral* de Varnhagen.

Passando a analisar esse conjunto de notas foi possível identificarmos as funções das mesmas presentes na obra. Reunindo as notas dos dois volumes da primeira edição percebemos que mais de 1/3 das notas são referências a autores ou a documentos. Desse número, 24 notas são reprodução de documentos inteiros ou de trechos dos mesmos. Recurso importante utilizado por Varnhagen, essas notas se constituem como as “provas” a que ele alude no título da seção: “Notas e provas do primeiro tomo”. Elas seriam provas porque não apenas corroboram com as afirmações do texto principal da *História Geral*, mas também porque permitem ao leitor o acesso a alguns dos documentos utilizados, permitindo a reconstrução do processo de pesquisa feito pelo autor e a confrontação ou a confirmação das mesmas conclusões.

Referências a autores ou a documentos 37%

Reprodução de trechos ou de documentos inteiros 14%

Notas explicativas, informativas e opiniões pessoais do autor 49%

As notas restantes desempenham ainda a função de serem explicações do autor para termos e questões levantadas ao longo do texto, opiniões pessoais ou informações sobre algum ponto abordado nos capítulos. Um exemplo é a seção dedicada à Inconfidência Mineira que possui apenas uma nota escrita por Varnhagen, tal nota não indica, no entanto, autores ou documentos apenas diz que “*Da boa rainha D. Maria I, recitou o illustre brasileiro José Bonifácio em 20 de março de 1817 um bello elogio, que foi impresso no Rio de Janeiro (por Paula Brito) em 1839*” (VARNHAGEN, 1857, p. 478).

As notas de Varnhagen ainda guardariam outras funções, sendo espaço também de disputas de erudição com outros intelectuais brasileiros. Como assinala Grafton, as notas permitem “lidar privadamente com tarefas feias”, o que faz com que as mesmas se situem “nem mesmo no pé da página, mas no fim do livro” ficando “fora da vista e até mesmo fora das reflexões” (GRAFTON, 1998, p. 17). Esse tipo de situação estaria ainda presente nas notas da *História Geral*. Uma delas, especificamente, é interessante, pois se constitui numa resposta do Visconde de Porto Seguro a críticas recebidas de outro membro do IHGB a respeito da sua opinião sobre o descobrimento do Brasil.

A questão que se colocava era se o descobrimento do Brasil teria sido casual ou não. Tal discussão teve início quando foi publicado na *Revista do IHGB* um trabalho de Joaquim Norberto de Souza Silva⁹³ tratando do descobrimento do Brasil.⁹⁴ Na ocasião de sua publicação, Joaquim Norberto não expôs apenas a questão para ele de suma importância para a história nacional, ele também fez um balanço das contribuições sobre o assunto que o auxiliaram na elaboração do seu trabalho. Entre elas estavam os inúmeros documentos oferecidos por Varnhagen para publicação na *Revista do IHGB*. Desses textos, Joaquim Norberto elencara a carta do mestre João Emenelaus⁹⁵, encontrada por Varnhagen e publicada

⁹³ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820 e faleceu em Niterói em 14 de maio de 1891, sendo chefe de seção da secretaria do interior, oficial da Ordem da Rosa, sócio honorário e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro de outras instituições ligadas ao cultivo das ciências, artes, letras. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 221.

⁹⁴ O título do trabalho era “Sobre o descobrimento do Brazil. Programma desenvolvido por Joaquim Norberto de Souza Silva”. In: *Revista do IHGB*, Tomo 15, 1852, p. 125-205. A hipótese de Norberto da não casualidade do descobrimento não era compartilhada por todos os membros do IHGB a exemplo de Duarte da Ponte Ribeiro e Gonçalves Dias que escreveu uma memória remetendo o sucesso do descobrimento às calmarias da costa africana. Tal trabalho receberia as refutações de Norberto, ambos os trabalhos publicados na revista da agremiação. Nessas refutações se encontra a nota de Norberto a Varnhagen referida na *História Geral*.

⁹⁵ Cosmógrafo da frota de Pedro Álvares Cabral, conhecido também como Mestre João escreveu uma carta ao rei D. Manuel I informando sobre as terras descobertas. Sua carta foi descoberta pelo

pela primeira vez na *Revista* em 1843, como de essencial valor para discernir a questão da casualidade ou não do descobrimento do Brasil. João Emenelaus ficou conhecido como mestre João, tendo a sua carta ao rei D. Manuel adquirido notoriedade no Brasil após a sua publicação na revista do IHGB e, posteriormente, nas notas de fim de texto da primeira edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Este publicara o documento na íntegra ao fim do seu trabalho por entender que o conteúdo da mesma corroborava com as informações fornecidas pela carta de Pero Vaz de Caminha⁹⁶ que já era um documento mais conhecido no Brasil. A crítica de Joaquim Norberto a Varnhagen dizia respeito exatamente à republicação da carta sem fazer a análise necessária para reconhecer que pelas palavras do mestre João que situa geograficamente a “Ilha de Vera Cruz” revelava que a mesma já era conhecida, retirando qualquer suspeita de casualidade no descobrimento (VARNHAGEN, 1854, p. 424).

Segundo Norberto, Varnhagen publicara a carta tendo unicamente “*por fim provar que mestre João não se devia fiar no aceno dos selvagens sobre o numero de ilhas de que suppunha compor-se a terra de Santa Cruz*” (SILVA, 1852, p. 01). Norberto declarava ainda “*não sem admiração, que o Snr. F. A. de Varnhagen, modificando as suas ideas, tem o descobrimento do Brazil por casual, sem que com tudo ousasse de tocar nessa questão*” (SILVA, 1855, p. 417).

A nota escrita por Norberto não passaria despercebida por Varnhagen, que no segundo volume de sua *História Geral* datado de 1857 responderia ao consócio também por meio de nota. As palavras do visconde de Porto Seguro se dirigem primeiro no sentido de enfatizar a injustiça praticada contra ele por Joaquim Norberto dizendo deixar “*ao leitor que decida se estão nestas poucas frases guardadas, não já as atenções devidas a quem acabava de presentear o paiz e o instituto, e por conseguinte o consocio, com o resultado de largos annos de estudos e meditações*” sendo não apenas injusto, mas desrespeitando a revista da associação a que pertencia ao publicar tais palavras na mesma não respeitando nem “*ao menos os estylos exigidos pela urbanidade e aconselhados pela boa educação*” (VARNHAGEN, 1857, p. 466).

Feito o seu apelo ao público leitor de sua *História Geral*, Varnhagen passaria a responder cada um dos pontos criticados por Norberto na nota ao companheiro de agremiação. Primeiramente destaca que a descoberta da mencionada carta fora seu trabalho

historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, sendo publicada pela primeira vez em 1843, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1843, tomo V, p. 364-367.

⁹⁶ Escritor português, integrante da frota de Pedro Álvares Cabral, conhecido pela carta em que noticia a chegada às terras brasileiras e os primeiros contatos da armada com os nativos.

de pesquisa que publicado pela segunda vez na *História Geral* continha “alguma novidade para melhor, começando pela da assinatura de Johannes Emenelaus que ahí apresentamos decifrada” (VARNHAGEN, 1857, p. 466). Além dessa mudança, ele assinalaria na resposta dada a Norberto o fato deste ter alterado as afirmações feitas pelo historiador sorocabano a partir da carta publicada na *História Geral*. Das assertivas de Norberto, a primeira dizia que Varnhagen publicou a carta do mestre João “unicamente por fim provar que mestre João nao se devia fiar no aceno dos selvagens sobre o numero de ilhas de que suppunha compor-se a terra de Santa Cruz” (SILVA, 1855, p. 417). A resposta de Varnhagen quanto a esse ponto seria enfática:

Onde consignámos nós qual fora o fim ,e único! com que publicámos, entre os documentos justificativos que acompanham o 1.º volume, essa preciosa carta?—Onde tratámos do aceno dos selvagens acerca do número de ilhas de que suppunha compór-se a terra encontrada? E onde chamámos ao Brazil terra de santa (e nao Vera) Cruz, antes da fundação da primitiva colônia do Porto Seguro?(VARNHAGEN , 1857, p. 466).*

O problema que ele encontrou nas acusações de Norberto estava nas transformações feitas por este ao texto da *História Geral*. Diante das mesmas Varnhagen dizia não saber “decidir a que hei de atribuil-as. A lealdade, a grande elevação de alma, a superior talento, por certo que não” (VARNHAGEN, 1857, p. 466).

O tom polêmico da resposta dada por Varnhagen a Norberto se intensificaria ainda quanto às acusações deste de que o visconde “modificando as suas ideas, tem o descobrimento do Brazil por casual, sem que com tudo ousasse de tocar nessa questão, que tão debatida ha sido” (SILVA, 1855, p. 417). A resposta do sorocabano seria dura, concordando que realmente mudara a sua opinião sobre o descobrimento do Brasil afirmava na nota que quando escreveu “uma espécie de novella no anno de 1840, antes de ter a folha primeira das instrucções dadas a Cabral”, instrucções publicadas por ele no fim do primeiro volume da primeira edição da *História Geral*, acreditava que os portugueses já tinham conhecimento das terras brasileiras.⁹⁷

Segundo Varnhagen não era a primeira vez que modificava as suas opiniões quando diante de novos fatos percebera estar enganado. Esses novos fatos seriam exatamente as instrucções de Vasco da Gama⁹⁸ das quais Varnhagen encontrou e comprou uma página que

⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 466. Trata-se da “*Chronica do descobrimento do Brasil*” publicada por Varnhagen pela primeira vez em 1840 no periódico português *O Panorama*.

⁹⁸ Vasco da Gama (1469 - 1524) foi um navegador e explorador português. Na Era dos Descobrimentos, destacou-se por ter sido o comandante dos primeiros navios a navegar da Europa para a Índia.

faltava ao documento quando foi publicado pela primeira vez. O conteúdo dessa página dizia a Cabral que “na altura de Guiné se afastasse quanto pudesse d’Africa, para evitar suas morosas e doentias calmas” (VARNHAGEN, 1854, p. 13). Ora, era precisamente contra esse argumento que ele se colocava em 1840 quando publicou pela primeira vez a sua novela intitulada “*Chronica do descobrimento do Brazil*”. Publicada no periódico português *O Panorama*, a crônica tem como base para sua narrativa a carta escrita por Pero Vaz de Caminha que acompanhava a esquadra de Cabral⁹⁹.

Na ocasião da publicação Varnhagen dizia ser “sem fundamento a opinião dos que acreditam foram por tempestade obrigada as naus a seguir este rumo” mesmo levantando a opinião de Barros de que a intenção era fugirem das calmarias da Guiné, ele destacaria que se nos “attentarmos em que para sempre tinham desaparecido os receios do mar tenebrozo, que em Portugal se conhecia a existencia das terras occidentaes achadas por Colombo” e que se “diligenciava a doação da terra firme ou ilhas, que encontrasse” não se poderia deixar de pensar que “no seguimento de tal rumo entrou o quer que das esperanças, curiosidade e vertigem descobridora dos Portuguezes d’aquella idade” (VARNHAGEN, 1840, p. 21). Tais trechos da *Chronica* seriam amplamente utilizados por Joaquim Norberto para confirmar as suas disposições de que o descobrimento do Brasil não teria sido casual.

Enquanto Varnhagen se defendia alegando o não conhecimento dessa folha das instruções de Vasco da Gama a Cabral quando publicou a *Chronica* em 1840, Norberto se espantava com a mudança de opinião de Varnhagen. Se voltarmos para a *Chronica* notaremos que Varnhagen, baseado em Barros, já sabia que as instruções de Gama orientavam Cabral a se afastar das calmarias da Guiné, mas na ocasião o autor da *História Geral* interpretou-as de maneira a confirmar que tal afastamento teria sido proposital uma vez que já se tinha conhecimento das terras achadas por Colombo¹⁰⁰.

Na seção da primeira edição em 1854, reservada para tratar do descobrimento do Brasil Varnhagen não se baseia mais em Barros, se baseia no documento encontrado por ele, o conteúdo não difere da leitura feita por Barros e aceito anteriormente por ele, no entanto, a essa altura, Varnhagen não consegue abandonar a idéia de que o descobrimento do Brasil foi casual. A crítica de Norberto, contudo, se direciona principalmente para o fato dele ter

⁹⁹ Pedro Álvares Cabral (1468 - 1520) foi um fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português, creditado como o descobridor do Brasil.

¹⁰⁰ Cristóvão Colombo (1451 - 1506). Foi um navegador e explorador genovês, responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano em 12 de Outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos de Espanha, no chamado descobrimento da América.

publicado por duas vezes um documento importante como a carta do mestre João Emenelaus sem ter feito a análise atenta da mesma. O problema estava no fato dele não ter se atentado para o conteúdo da carta que revelaria a existência de mapas em que a localização da Ilha de Vera Cruz já estava definida. Sem responder efetivamente a essa questão, Varnhagen encerraria a polêmica com Norberto dizendo que este autor “*propondo-se a escrever historias, não começa recommendando-se por sua imparcialidade e espirito justiceiro*”. Ele alertava seus leitores que Norberto “*ao descanço, os descobrira ou copiara, só pára a criticar que publicássemos duas vezes um importantíssimo, que não occupa sequer uma pagina*” (VARNHAGEN, 1857, p. 467). Desviando da acusação principal de Norberto, Varnhagen inverte o jogo, passa a resumir a crítica do consócio ao fato de ter publicado a carta duas vezes. Por outro lado, ele aproveita a ocasião para afirmar que é um grande bem que não “*se imprimissem certos outros escriptos cançadissimos, cujos autores (...) não fazem mais do que repetir o que já foi dito, obrigando o publico, e as academias a lel-os ou a ouvil-os sem proveito*” (VARNHAGEN, 1857, p. 467).

A idéia da causalidade do descobrimento seria mais uma vez reforçada quando Varnhagen publica a segunda edição da *História Geral*. Sem publicar a nota de resposta a Norberto e sem a carta do mestre João, documento que serviu de confirmação aos argumentos de Norberto, prevalece na segunda edição a posição final de Varnhagen: o descobrimento foi casual.

O espaço das notas no fim do texto foi, dessa forma, o escolhido por Varnhagen para tentar dirimir a polêmica com Joaquim Norberto, tendo essa nota servido como um lugar para tratar, como assinala Grafton, “*privadamente de tarefas feias*”.

Explicações, correções, provas, polêmicas, a amplitude de funções atribuídas às notas de rodapé históricas encontradas na obra de Varnhagen permite que indagemos acerca da real necessidade das mesmas na *História Geral*. Visto o papel desempenhado especialmente pelas notas inseridas no fim do primeiro e do segundo da primeira edição da *História Geral* podemos levantar a questão: por que ele abriria mão dessas notas na segunda edição da obra? Algumas notas, como vimos, contêm apenas opiniões pessoais, outras exemplos e explicações que, uma vez retiradas da obra não provocariam prejuízos à compreensão do trabalho. Outras, como o exemplo da nota dirigida a Joaquim Norberto, constituíam discussões e polêmicas com autores vivos e não vivos cujas opiniões Varnhagen questionava. Restavam ainda os inúmeros documentos reproduzidos integralmente por ele ao fim de cada volume de sua obra. Sem dúvida tais notas, conhecendo as características de Varnhagen, eram as de maior valor para

ele, uma vez que o mesmo se preocupava em dar as provas de suas afirmações utilizando as cópias de documentos em vez de apenas citar a sua localização.

Passando a analisar atentamente a segunda edição da *História Geral*, contudo, percebemos que Varnhagen não abriu mão de suas notas na nova publicação. Uma primeira olhada nos dois volumes que a compõem poderia induzir a pensar dessa forma afinal são apenas duas notas ao fim do primeiro volume e nenhuma nota ao fim do segundo. No entanto, somente na relação estabelecida entre as notas e a narrativa a que se referem é possível identificar, como mencionamos, que ele manteve muito das notas da primeira edição na nova publicação.

É aqui que a noção de reescrita da história ganha ainda mais amplitude, principalmente se lembrarmos que Varnhagen destaca como uma das novidades da segunda edição o fato de ter feito retoques em todas as seções da obra. Pretendia que a nova publicação saísse mais compacta para diminuir os custos cedendo inclusive os direitos de propriedade da obra ao editor. Algumas das notas onde reproduzia documentos como o *Livro da nao Bretoa* não estão presentes na segunda edição, mas pode-se pensar aqui que Varnhagen se sentia desobrigado de publicá-lo novamente, uma vez que ele foi reproduzido também na terceira e quarta edições do *Diário de Pero Lopes*. Entre os retoques que levariam a essa compactação está a nova redação apresentada na segunda edição que fez com que ele mudasse o local das notas de fim do texto publicadas na primeira edição.

Assim, pudemos localizar grande parte dessas notas no texto principal na segunda edição da *História Geral*. O que acontece é que algumas notas foram incorporadas ao texto, mesmo quando se tratava de reprodução de documento. É o caso das supramencionadas instruções de Vasco da Gama a Pedro Álvares Cabral, publicadas no fim do texto na primeira edição, em 1877 elas são reproduzidas em *fac-simile* no primeiro volume da segunda edição no momento exato em que Varnhagen trata do descobrimento do Brasil. Ao contrário do que é feito na primeira edição quando ele remete ao leitor que consulte o documento no final do livro, na segunda edição ele já oferece ao leitor a “prova” do que está afirmando fornecendo o documento na íntegra juntamente com o texto.

Outro exemplo interessante é o da nota 9 da página 19 do primeiro volume da primeira edição, nessa nota Varnhagen afirma que foi uma esquadilha de 1501 que deu nome aos sítios da costa brasileira, a confirmação disso estaria na nota 22 do *Diário* de Pero Lopes. Ao consultarmos a referente nota no *Diário* tivemos uma grata surpresa ao percebermos que na segunda edição da *História Geral* Varnhagen inseriu em seu texto principal um quadro

idêntico ao presente na nota 22 do *Diário*. Ele lembrava que era costume dos antigos descobridores batizarem os locais encontrados com o nome do santo celebrado pela igreja católica no dia em que aportavam. Foi por meio da comparação dos nomes dos santos festejados em diversos dias pela igreja que ele conseguiu elaborar o quadro que agora era parte integrante da *História Geral*.

Caso semelhante diz respeito às notas constituídas de citação de autores. Ainda que Grafton identifique o surgimento das notas de rodapé como a separação da modernidade histórica da tradição, principalmente quando afirma que o historiador moderno cita documentos e não autoridades (GRAFTON, 1998, p. 39), percebemos que tal generalização não se aplica ao trabalho de Varnhagen.

É possível entrever na obra de Varnhagen que em muitos momentos ele próprio elabora o seu quadro de autoridades segundo seus próprios critérios. Assim, em um tipo de escrita histórica como a oitocentista, ainda havia a concepção de que a verdade das fontes dependia não apenas da autoridade do historiador, mas também da autoridade de seus informantes. A autoridade de quem escreve a história ainda precisava ser garantida pela consulta de grandes nomes.

Independentemente dos critérios de composição de seu quadro de autoridades, Varnhagen utilizaria as notas para citar algumas personalidades cujas idéias corroborassem com suas assertivas. É o caso do escritor francês Montaigne¹⁰¹ a quem ele dedica uma nota ao fim do texto na primeira edição. Tratando da extravagância das ameaças feitas pelos índios sentenciados a morte Varnhagen cita uma em particular transcrita por Montaigne, a quem ele chama de “*sympathico escriptor*”. Na segunda edição a citação de Montaigne por Varnhagen que havia sido feita em nota agora faz parte do texto principal trocando o qualitativo simpático escritor para conhecido escritor.¹⁰²

Outro exemplo é uma nota sobre a existência ou não de uma colônia de Santa Cruz no Brasil no século XVI. Na nota ele diz ser “*obrigados a admitir a existência dessa primitiva colônia de Santa Cruz, independentemente da autoridade de Vespucci, alias para nós de peso, pois que Gabriel Soares (I, cap. 34) della dá razão*” (VARNHAGEN, 1854, p. 425). Nesse caso, a

¹⁰¹ A obra citada por Varnhagen são os *Ensaio*s de Michel de Montaigne (1533-1592) escritor e ensaísta francês.

¹⁰² Na primeira edição o trecho transcrito de Montaigne compunha a nota 62 no final do livro. Na segunda edição passa a ocupar as páginas 211-212 do primeiro volume dessa edição.

autoridade de Américo Vespúcio¹⁰³ seria corroborada por uma das mais confiáveis fontes sobre o período colonial brasileiro: o escrito de Gabriel Soares de Sousa editado e publicado no Brasil por Varnhagen. Segundo Temístocles Cezar, Varnhagen utilizaria o texto do escritor quinhentista como uma forma de ter acesso à realidade brasileira no século XVI. As marcas de verdade presentes no texto de Gabriel Soares seriam resultado do “*olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar” (CEZAR, 2000, p. 02). Seria precisamente porque o autor viu que seu texto se tornaria confiável, suscetível a ser fonte histórica (CEZAR, 2000, p. 02).

Se o fato de ser conhecido foi suficiente para manter a citação de Montaigne sem questionamentos na segunda edição da *História Geral* e se a opinião de Soares era suficiente para dar maior peso a autoridade de Vespúcio, tal fato não se repetiria com o jesuíta Charlevoix.¹⁰⁴ Em uma nota no fim do primeiro volume na primeira edição onde discute sobre o nome de um bacharel deixado na região da Cananéia¹⁰⁵ para cumprir degredo Varnhagen afirma que o nome poderia ser Gonçalo da Costa, mas por ter notícia de um outro homem que pouco tempo depois passara por ali tendo por nome mestre Cosme¹⁰⁶ ficara na dúvida uma vez que o nome do degredado não fora encontrado por ele em nenhum documento. Complementava a nota dizendo que “*porem a crermos Charlevoix o nome do dito bacharel degradado deveria ser Duarte Peres, companheiro de Mosquera, segundo o escriptor jesuíta*” (VARNHAGEN, 1854, p. 425). Na segunda edição, contudo, Varnhagen confirma o nome do bacharel como sendo Gonçalo da Costa dizendo em nota de rodapé não ter “*podido legitimar o nome de Duarte Peres, que dá um escriptor do século passado a certo bacharel degradado n’essas paragens de que faz menção, sem allegar titulos convincentes*” (VARNHAGEN, 1877, p. 83). Agora a palavra de Charlevoix não era mais suficiente para convencer Varnhagen e, por conseguinte, seus leitores. Era preciso que aquele tivesse apresentado “*títulos convincentes*” para que suas afirmações fossem aceitas.

¹⁰³ Américo Vespúcio (1454 - 1512) foi um mercador, navegador, geógrafo, cosmógrafo italiano e explorador de oceanos que viajou pelo, então, Novo Mundo, escrevendo sobre estas terras a ocidente da Europa.

¹⁰⁴ Pedro Francisco Javier de Charlevoix (1682-1761). Jesuíta que escreveu uma vasta obra intitulada *Historia del Paraguay*, em seis tomos, em 1757.

¹⁰⁵ Município brasileiro localizado no litoral de São Paulo. É considerado o segundo mais antigo do Brasil.

¹⁰⁶ Cosme Fernandes Pessoa ou Bacharel Mestre de Cananeia foi um degredado português em 1501 enviado ao sul do litoral de São Paulo, onde de acordo escritura pública tomou propriedade de Gonçalo Monteiro as instalações de estaleiros, arsenais e arredores do Porto das Naus, onde promoveu o tráfico de escravos, sendo possivelmente o primeiro fundador do povoado de São Vicente.

Com relação às notas explicativas, muitas delas foram inseridas no rodapé das páginas. Como exemplo uma nota em que trata da palavra patiguá afirmando que no dicionário de Moraes se lê patuá.¹⁰⁷ Tal nota na segunda edição deixa o fim do texto para se transformar em nota de rodapé. Outro exemplo é a nota 69 em que fornece informações sobre Felipe Guillen. Na segunda edição a nota passa a rodapé da página no capítulo correspondente.¹⁰⁸ Essas mudanças denotam uma alteração na percepção de Varnhagen com relação à escrita da história. Reconhecer a pertinência de uma nota de rodapé ou no fim do texto revela dessa forma a consciência historiográfica de um autor, principalmente no caso de Varnhagen porque ele em diversas oportunidades preferiu não inserir notas de rodapé em seus textos para não interromper a narração. Relegava para as notas uma função secundária, especialmente quando se tratava de uma edição de documentos em conformidade com a afirmação de Grafton de que por vezes as notas parecem ser um recurso tão banal que o seu lugar não é nem no rodapé da página, mas no fim do texto, fora da vista do leitor (GRAFTON, 1998, p. 17). Trazer essas notas para o texto principal e para o rodapé sinaliza uma alteração significativa na forma de escrever a história.

As alterações, no entanto, não param por aí. Passados mais de vinte anos entre a primeira e a segunda edição da *História Geral do Brasil*, Varnhagen parece ter dado à sua obra um estatuto de documento, de fonte de consulta confiável sobre a história nacional. Assim, vemos que na segunda edição muitas notas remetem o leitor para que consulte a primeira edição da obra, principalmente as notas escritas por seu autor e publicadas ao fim dos dois primeiros tomos da primeira edição. A possibilidade de se eximir de novamente escrever notas eruditas na nova publicação da *História Geral* não se dava apenas pelo fato de Varnhagen já se achar reconhecido o bastante que não precisaria provar as assertivas, mas está relacionado a questão de reconhecer que sua própria obra atingiu um nível de aceitação que a tornou suscetível de consulta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

¹⁰⁷ Na primeira edição compunha a nota 51 no fim do livro, na segunda edição passa a compor o rodapé da página 36.

¹⁰⁸ Na primeira edição compunha a nota 69 no fim do livro, na segunda edição passa a compor o rodapé das páginas 258-259.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

CÉZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh (org.). *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2003. pp. 173-208.

_____. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

_____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. In: *História em Revista*. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 37-58.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*. Do IHGB aos anos 30. Passo Fundo, RS: EDUPF, 1998.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaiixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*, nº 388, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. caminhos da historiografia. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. p. 68-86. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Introducción de Elías Palti. Traducción de Daniel Innerarity. Barcelona: Ediciones Paidós: I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

BATALHONE JUNIOR, Vitor Claret. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 223:2, 1954.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Evandro. *Tempos da pesquisa, tempos da escrita: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, Joaquim Norberto Souza. Refutação as reflexões do digno membro o Sr. Dr. Antonio Gonçalves Dias. In: *Revista do IHGB*, Tomo 18, 1855, p. 351-421.

SILVA, Joaquim Norberto Souza. Sobre o descobrimento do Brazil. Programma desenvolvido por Joaquim Norberto de Souza Silva. In: *Revista do IHGB*, Tomo 15, 1852, p. 125-205.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961.

_____. Crônica do descobrimento do Brasil. *O Panorama*. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo IV. p. 21-22 / 33-35 / 43-45 / 53-56 / 68-69 / 85-87 / 101-104, jan. a dez. 1840.

_____. *História Geral do Brasil*. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

_____. *Historia geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857.

_____. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I e tomo II (1877).

WEHLING, Arno. "As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In: *Revista do IHGB*, Brasília-Rio de Janeiro, 338:7-16, 1983.